

Eis o primeiro número do volume 28 da Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFBA, que tem início com o artigo **A JUDICIALIZAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO: ANÁLISE JURISPRUDENCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO** / *The judicialization of the Right to Education: jurisprudential analysis of the State of Maranhão*, do professor Doutor Cássius Guimarães Chai, juntamente com Denisson Gonçalves Chaves e Lucas Pereira Silva, que argumentam em defesa do Direito à Educação.

Em seguida, teremos o artigo da professora Joseane Suzart Lopes da Silva, do PPGD/UFBA, **A OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA DOS BENS NA PÓS-MODERNIDADE: CONSTANTE VÍCIO POR INADEQUAÇÃO E PRÁTICA ABUSIVA QUE SUSCITAM A EFETIVA PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR E DO MEIO AMBIENTE** / *The programmed obsolescence of postmodernity: constant due to inadequate and abusive practice of consumer protection and the environment*, que examina juridicamente a obsolescência programada dos bens de consumo e os seus malefícios para o consumidor e para o meio ambiente.

O artigo **DEMOCRACIA INTERNA NO ESTATUTO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO** / *Internal democracy in the statute of the Brazilian Democratic Movement*, do Professor doutor José Ribas Vieira, da UFRJ, em co-autoria com Mário Cesar da Silva Andrade e Davi Oliveira Costa, analisam o cenário político brasileiro e os procedimentos de democracia interna partido político Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Na sessão de Direito Penal, o artigo **CRIMINOLOGIA CRÍTICA E A INSUSTENTABILIDADE DA CRIMINOLOGIA MIDIÁTICA: REFLEXOS INVERTIDOS PARA COMPREENSÃO DA CRIMINALIDADE NO BRASIL** / *Critical criminology and the insustainability of the media criminology: reflections inverted for understanding criminality in brazil*, do professor doutor em Direito Felipe Da Veiga Dias, da UNISC, faz uma crítica das características da criminologia midiática, abordando a sua função na atuação contemporânea do sistema penal nacional.

Em seguida, a professora Doutora Selma Pereira de Santana, do PPGD/UFBA, juntamente com o mestrando Caio Vinícius de Jesus Ferreira dos Santos, apresenta o artigo **CONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO**

TARDIO E A RACIONALIDADE PENAL MODERNA: A JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO MECANISMO DE FORMAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA CIDADANIA/ *Late Brazilian Constitutionalism and Modern Penal Rationality: restorative justice as a mechanism of formation and revitalization of citizenship*, que analisa a complexidade do “constitucionalismo tardio brasileiro”, relacionando-o com a perspectiva penal moderna e com o paradigma restaurativo.

Na seção de Direito Processual Civil, os professores José Antonio Remédio, doutor em Direito do Estado pela PUCSP e Gustavo Henrique de Oliveira, doutor em Direito Civil pela USP, trazem o artigo **EFEITOS E LIMITES DA REVELIA À LUZ DOS CÓDIGOS DE PROCESSO CIVIL DE 2015 E DE 1973/** *Effects and limits of default regarding the code of civil procedure of 2015 and 1973*, que analisa os efeitos e limites da revelia nos Códigos de Processo Civil de 1973 e 2015.

Na seção Direito Internacional Público, a professora doutora Maria Auxiliadora de Almeida Minahim, do PPGD/UFBA e Luíza Moura Costa Spínola, apresentam o artigo **JULGAMENTO DE UMA EX-CRIANÇA-SOLDADO PELO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL: O CASO DOMINIC ONGWEN/** *The judgment of an ex-child soldier by The International Criminal Court: Cominic Ongwen case*, que investiga a participação de crianças em conflitos armados e a competência do Tribunal Penal Internacional.

A seção de Bioética apresenta o artigo **LIMITES AO PATENTEAMENTO DE MATERIAL HUMANO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA/** *Limits to the patenting of human material in Brazilian legislation*, de autoria da professora doutora Salete Oro Boff, do IMED/RS, e da professora doutora Marta Carolina Giménez Pereira, do PPGD/UFBA, que analisa a proteção jurídica das patentes de biotecnologia dos genes humanos.

Por fim, o artigo **VULNERABILIDADE DO PARTICIPANTE DE PESQUISA DIANTE DA REMUNERAÇÃO EM ENSAIOS CLÍNICOS**, da professora doutora *Mônica Neves Aguiar da Silva*, do PPGD/UFBA, que juntamente com a mes-tranda Itanaina Lemos Rechmann, analisa a possibilidade de remuneração do participante em pesquisas científicas admitida pela Resolução CNS n.º 466/2012 .